

PROCESSO CRIADOR EM HISTÓRIA (*)

GADIEL PERRUCCI

Tentarei mostrar que a História não é precisamente um tribunal plenipotenciário, porque não se trata de julgar essa ou aquela época, êsse ou aquêles personagens, mas de situar ações humanas num determinado tempo e de compreendê-las tais como aconteceram, ou melhor, tais como nós, aqui e agora, pensamos que tivessem acontecido. A História não é tão imparcial quanto às vêzes desejamos que ela seja em relação aos nossos próprios atos e não me parece justo pedir ao historiador o exercício da imparcialidade pois êle não pode se desvincular do seu próprio contexto de classe, de nação, de crenças desde que o seu padrão de medida é determinado pela sociedade em que vive. No entanto, a própria palavra "imparcialidade" revela-se ambígua quando aplicada à ciência pois que ao sábio compete colocar questões e tentar respondê-las, mesmo que suas mais entranhadas suposições não se verifiquem no fim da pesquisa; o juiz parece participar dêsse mesmo começo investigador, mas isso não quer dizer que o cientista e o juiz continuem juntos em seu exercício de imparcialidade. O primeiro termina sua tarefa quando, depois da investigação, formula a síntese explicadora do fenômeno. O segundo continua, pois é mister do seu ofício prolatar sentenças; ora, essa mesma capacidade de ditar juízos pressupõe um padrão de referências obrigatória, isto é, uma escala de valores pré-existente — a legislação — que o juiz aceitar, mas que de qualquer maneira já lhe tinha sido oferecido previamente; êle é imparcial apenas no sentido em

* O presente trabalho reproduz basicamente o texto de uma conferência do autor para estudantes universitários de Biblioteconomia da UFPe., dentro de um curso sobre "Processo de Criação e Técnica de Leitura". Permanece inalterado o espírito didático e expositivo da conferência exigido pelos organizadores do referido Curso. (N. A.)

que, aceitando uma norma de valores estabelecida, compara e mede os fatos investigados em relação a essa norma. A tarefa do cientista, entretanto, quando termina, muda qualitativamente de aspecto desde que a verdade descoberta se torna nova criação que se autonomiza em sua singularidade.

É evidente que aqui nos deparamos com um sério problema de terminologia científica; enquanto é possível estabelecer uma linguagem artificial para as ciências naturais — inclusive e principalmente a Matemática — a História, como ciência dos homens, tem sido obrigada a usar e a participar do mesmo vocabulário que utilizamos cotidianamente, vocabulário carregado de significados ambíguos de origem social e também estritamente pessoal e individual, impossíveis, êsses significados, de se tornarem precisos e claros para uso adequado de uma ciência. Além disso, a linguagem comum — de que se utiliza a História, repetimos — é bastante conservadora em relação às mudanças rápidas, vale dizer, o historiador que tem como objeto de seu estudo exatamente o fenômeno da “mudança”, não pode exprimir adequadamente desde que enquanto constata a “mudança” não a explica com uma nomenclatura específica, isto é, não oferece um nome a uma coisa nova, desde que as transformações nunca se repetem, ao contrário diferem sempre umas das outras. Eis porque, na maioria das vezes, o historiador vê-se obrigado a lançar mão dos adjetivos — em lugar dos substantivos — submetendo-se frequentemente ao jugo da retórica que não passa, na verdade, de substituições e adicionamentos emocionais e viciosos a uma impossibilidade de criar nomes. Por outro lado, essa importância terminológica atual da História implica em duas afirmações tanto verdadeiras quanto estranhas à primeira vista: que a História é uma ciência bem jovem e que por isso mesmo ainda está aprisionada pelos mecanismos da psicologia individual do homem. A nenhuma ciência natural se colocaria mais o problema do bem e do mal, do sucesso e do fracasso, da virtude e do pecado, conceitos que, entretanto, ainda pertencem ao mundo da História, à espera de uma maturidade expressional com a criação de uma linguagem artificial adequada ao seu tipo de demonstração, parecendo-nos que o seu futuro, como ciência, depende, em grande parte, dos progressos da Lógica Formal e, principalmente, da Linguística.

Essas reflexões vêm a propósito das frequentes identificações da História como um implacável tribunal do acontecido e da necessidade de se demonstrar que essa ciência em vez de ser um processo de julgamento do passado, é uma tentativa de análise dêsse passado — como afirmava Bloch, de uma “análise compreensiva”; trata-se, pois, de um trabalho científico intensamente participante pois que o historiador é um ser vivo que tenta apreender e explicar o atual pelo inatual, constituindo-se apenas num intérprete de questões que o seu momento lhe impõe, buscando respostas significantes no passado. É nesse aspecto, aliás, que se poderia aceitar o pensamento de Croce ao afirmar que a História é sempre contemporânea pois, na verdade, nada mais seria do que a ciência do atual, do homem em ação contínua, vale dizer, do conhecimento da vida e dos vivos e não dos mortos, como costumam transformá-la pseudo-eruditos e bolorentos antiquários.

Decorrente da inexistência de uma terminologia específica é que se torna necessário conceituar História sempre que se queira dizer qualquer coisa a seu respeito.

Em certo sentido, todos nós conhecemos História; afinal de contas, desde o primário que a estudamos mas dificilmente encontraremos alguém portador de diploma universitário que saiba definir precisamente a sua natureza, o seu objeto, o seu método e o seu valor. Todos estudaram História, todos pensam historicamente, todos sabem que o Brasil se tornou-se independente em 1822 — fato, aliás, que ainda espanta muita gente — mas o conhecimento que recebemos foi, em geral, superficial e anacrônico visto que estudamos em manuais baseados em historiadores já mortos e, portanto, de obra terminada. Nossos professores não nos disseram uma coisa sumamente importante a respeito da História, isto é, que o conhecimento histórico se tornou antiquado a cada geração ou, por outras palavras, é diferente, renova-se a cada geração e em consequência o conhecimento estratificado dos manuais, em grande parte, é, por definição, obsoleto. Ainda mais, o conhecimento histórico, como conhecimento sobre o próprio homem, acompanha-o em suas constantes modificações resultando que é sempre necessário “estar conhecendo” e não apenas “conhecer” ou “ter conhecido” simplesmente.

O historiador não possui leis, como o físico-matemático, que lhe possibilitem prever, à luz do passado, o que está acontecendo e o que ocorrerá no futuro. Não quero dizer que não tenha existido uma certa ordem na vida da humanidade e que a História seja incapaz de descobri-la. Na verdade, não posso inferir normas concretas para o presente e para o futuro porque os fatos históricos são irreversíveis, mas posso reconhecer no passado, em linhas gerais, pelo menos dois tipos de ordem, ou seja, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento ideológico das sociedades e isso já basta para o teórico realizar o seu trabalho; daí em diante, cabe ao filósofo social estabelecer o que se deve desejar em matéria de desenvolvimento e ao político-prático dirigir a sociedade para esse desenvolvimento.

Por outro lado, poder-se-ia perguntar: se o homem é um animal em progresso — ou desenvolvimento — forçosamente ele não alcançará novas etapas sem o auxílio artificial da teoria e dos programas políticos? Tomemos um exemplo bem simples: há cem anos atrás, eu teria podido ir ao Rio de Janeiro utilizando alguns poucos meios de locomoção; teria esperado um navio que me levasse em poucos meses de viagem ou teria ido por terra até o São Francisco e, por, rio, até Minas e de lá até a Corte — nunca fiz a experiência mas deve levar bastante tempo. Hoje, o Caravelle me deixará no Rio em duas horas e meia. Ora, qual a diferença cultural entre vencer um grande distância em muito tempo e em pouco tempo? A diferença está, por certo, na tecnologia, no domínio do meio ambiente através de instrumentos artificiais. É justamente esse domínio artificial do meio que permite acelerar cada vez mais o progresso e é realmente uma novidade na História a possibilidade de domínio artificial do meio social conseguido pela descoberta de métodos científicos que permitem a compreensão da dinâmica interna e externa das sociedades fazendo com que surjam programas políticos destinados a empurrar a humanidade para estágios superiores de organização. É claro que o homem progredirá forçosamente mas, hoje, esse progresso pode ser dirigido e manipulado pelo emprêgo do método científico à Política. Acabei de escrever “forçosamente”, mas acho que não deveria ter sido tão incisivo porque isso foi verdadeiro apenas até a construção da usina de Los Álamos; depois de Hiroshima

e Nagazaki, o progresso não é mais um fato natural e necessário entre os homens, antes é um tremendo risco pela própria sobrevivência e a alternativa possível é simplesmente o regresso à barbárie. Quanto a isso, o historiador nada tem a dizer, pois as lições de moral não fazem parte de sua profissão e a adivinhação do futuro é ofício, há muito tempo consagrado, das cartomantes.

Entre os gregos, a palavra “*storia*” possuía duplo sentido; subjetivamente, significava “aquêles que sabe”, isto é, o investigador, o pesquisador; objetivamente, designava o sucedido, o fato ocorrente, o ocorrido, o acontecimento. “*Storia*” era qualquer tipo de pesquisa mas foi Herodoto que usou o termo, pela primeira vez, como “busca do conhecimento das coisas humanas”. Um exemplo simples pode esclarecer os dois sentidos da palavra. José Honório Rodrigues explica que “o nosso conhecimento da era primitiva dos russos, húngaros, sérvios, croatas e búlgaros seria nulo se os escritores do Império Romano do Ocidente não tivessem se interessado tão vivamente por esses povos”. No exemplo, não deixou de haver fatos históricos mas, se não fôssem aquêles cronistas latinos, teria deixado de haver conhecimento histórico. Esse aspecto subjetivo é acentuado numa frase de espírito de Lucien Febvre quando afirmava que não existe História mas sim historiadores. Isso resulta em que cada historiador tem a sua própria definição de História, variando das mais sintéticas às mais complexas. Vou citar apenas os dois extremos que conheço. Marc Bloch — grande historiador francês assassinado pelos nazistas — definia a História como sendo “a ciência dos homens no tempo”. Por seu turno, Bauer — teórico alemão — afirma que a História “é a ciência que trata de descrever, de explicar e de compreender os fenômenos da vida, enquanto se tratar de mudanças que a situação dos homens implica nos distintos conjuntos sociais, relacionando aquêles fenômenos do ponto de vista de seus efeitos sobre as épocas sucessivas ou da consideração de propriedades típicas e dirigindo sua atenção principal sobre as mudanças que não se repetem no espaço e no tempo”. Mas, em linhas gerais, concorda-se que a História deve: 1) ser uma ciência; 2) interessar-se pelas ações humanas do passado; 3) dedicar-se à interpretação das provas; e 4) ser favorável ao

auto-conhecimento humano. Em suma, deve ser científica, humanista, racional e auto-reveladora.

Os estudos pré-históricos demonstram que o homem tem continuamente procurado obter o controle da natureza; os objetos de pedra lascada são substituídos pelos de pedra polida, de osso, de chifre e finalmente de metais. Esses instrumentos serviram para a caça, para o pastoreio, para a agricultura como serviram para a confecção de abrigos, de vestuários e de armas coletivas para lutas individuais e coletivas. Paralelamente, o homem procurou organizar esse controle também na sociedade, partindo do simples para o complexo. Todos esses esforços podem ser notados, através dos dados arqueológicos, das pinturas, das tradições orais e dos documentos escritos. A História, como afirma Childe, "é o estudo científico desses documentos". Por outro lado, tais documentos têm revelado uma característica constante, isto é, apresentam-se numa ordem ascendente de complexidade; a princípio, instrumentos de pedra lascada, depois de pedra polida, seguindo-se os metais mais simples como o cobre, o bronze, depois o ferro e recentemente o aço. O meio social, por sua vez, torna-se mais complexo com o tempo: a horda, o clã, a tribo, a aldeia, a nação etc. Esses fatos parecem demonstrar que a característica principal das ações humanas do passado tem sido o progresso e nada mais conveniente do que reduzir a História à ciência que estuda o progresso do homem.

Apesar de ser ciência, ela não pede a exatidão da Física e da Matemática, mas pode descrever uma ordem tão compreensível por si mesma como aquelas ciências o fazem. Atualmente, aliás, não se empresta tanta exatidão às próprias leis físico-matemáticas; "pelo contrário, essas leis funcionam como normas extremamente apuradas de probabilidades das coisas apreciadas em conjunto, mas com muito limitada aplicação aos acontecimentos ou objetos considerados individualmente".⁽¹⁾ Herbert Spencer apontava uma distinção entre as leis das chamadas ciências exatas e as leis sociais que pode ser aplicada à História. Lembrava o filósofo inglês que era impossível

1 — CHILDE, V. GORDON — Teorias da História — Portugal Editôra, Lisboa, 1964 — p. 16.

ao físico determinar exatamente em quantos fragmentos uma bomba se dividiria ao explodir, onde cairiam os fragmentos, com que peso etc. — a complexidade dos fenômenos impediria o cálculo exato. Ora, as ações humanas são muito mais complexas do que o estouro de uma bomba — exceto, segundo creio, nas florestas do Vietnam, e o historiador não pode pretender descobrir leis exatas, nem eternas, nem imutáveis, mas as ações do homem somadas ao fator acaso — por si mesmo imponderável, imprevisível — constituem uma ordem que podemos compreender e utilizar. Importante, também, nas leis das ciências naturais, é o fato de que elas não são impostas de fora, vale dizer, não é a lei que cria o fenômeno, antes são os fenômenos que se comportam de determinada maneira que é, por conveniência, descrita numa lei. Da mesma maneira, a História procura demonstrar tipos de ordem nas ações humanas do significado intrínseco, explicando-se por si mesmo, não precisando para serem entendidos de auxílios transcendentais. Sem planos previamente estabelecidos, a História realiza-se através do seu próprio processo criativo e disso, parece-me, segue-se o seu valor como conhecimento auto-revelador que significa "saber o que será o homem que se é, distinto de qualquer outra pessoa. Conhecer-se a si mesmo significa também saber o que se pode fazer. E como ninguém sabe o que pode fazer antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer é aquilo que já fez. O valor da História está, então, em ensinar-nos o que o homem tem feito e, deste modo, o que ele é" e como pode agir. (2)

Um exemplo de ordem histórica bem interessante é apresentado pela história da tecnologia. (3) Para dominar a natureza, o homem criou instrumentos que o auxiliassem nessa tarefa. Há 500 mil anos, 98% desses artefatos eram de pedra, mas o domínio sobre esse material foi realizado de uma maneira muito lenta e somente há cerca de 100 mil anos apareceram facas, raspadores, cutelos, pilões com que se pudessem trabalhar a madeira,

2 — COLLINGWOOD, R. G. — A Idéia de História — Editorial Presença, Lisboa, s/d — p. 22.

3 — O que se segue, a respeito da História da Tecnologia, é um resumo do texto de Childe, op. cit., pp. 23 e ss.

o osso, o chifre, o marfim e a partir destes materiais fabricar remos, agulhas, lanças, anzóis etc. Até esse ponto, o homem dependia do seu próprio esforço muscular e toda a sua alimentação baseava-se na caça, na pesca e na colheita ocasional de vegetais. Entretanto, há cerca de 10 mil anos, foram descobertas a agricultura e a domesticação de animais com a chamada revolução neolítica. Daí por diante, a natureza começou a trabalhar para o ser humano; "uma semente de trigo ou uma ovelha passaram a ser mecanismos biológicos levados a produzir mais trigo ou mais ovelhas segundo a sua vontade". Mais adiante, há 6 ou 5 mil anos, descobre-se a fundição do cobre que ligado ao estanho produz o bronze; nessa fase, os instrumentos são mais perfeitos provocando o aparecimento de novas ferramentas como as serras que permitem o fabrico de rodas e, em consequência, os meios de transporte melhoram consideravelmente. Sendo, no entanto, o bronze uma liga bastante dispendiosa, difundiu-se, por volta de 1.200 a.C., a fundição do ferro, metal que vem substituir completamente a pedra no fabrico de instrumentos. Da fundição de ferro até 600 a.C. ocorre uma verdadeira explosão de novas invenções instrumentais como as tesouras, tenases, foices, enxadas, plainas etc. A seguir, os bois e jumentos, que eram empregados por volta de 500 a.C. para puxar moinhos de cereais e de minérios, são substituídos pela força hidráulica, fato que conduz à descoberta da transmissão do movimento. Na Idade Média, a relojoaria é aperfeiçoada, aparecendo um tipo eficiente de bomba de aspiração mas ainda composta, em muitos detalhes, de peças de madeira. No século XVI, um forno mecânico comandado hidráulicamente consegue não só moldar o ferro como forjá-lo. Os fornos aperfeiçoados e o ferro fundido e forjado abrem caminho para a utilização do carvão de pedra, do petróleo e do gás natural que substituem o carvão vegetal na metalurgia que dá importantes passos com a fusão do ferro, em 1700, e sua fundição, em 1783, e o fabrico do aço, em 1856. Já então aparece o vapor como força motriz das bombas nas minas como o motor de Newcomen, em 1750 e o de Watt, em 1770. Por fim, ainda, no século passado, surgem a locomotiva e o barco a vapor. As antigas máquinas de madeiras são confeccionadas em ferro e aço possibilitando cada vez mais in-

venções para, em seguida, iniciar-se a era da eletricidade com o aparecimento do dinamo e do motor elétrico, como também, numa etapa posterior, o motor de combustão interna e, "at last, but not least", a era atômica.

Esse pequeníssimo resumo demonstra claramente uma sequência ordenada de fatos onde nenhum ponto importante da escala poderia ser deslocado para frente ou para trás, isto é, eles não somente aconteceram mas tinham que se suceder justamente uns aos outros por essa ordem e não somente constituem uma sucessão mas apresentam uma direção reconhecível. A máquina a vapor, por exemplo, dependia da descoberta da fundição do ferro, da invenção da bomba e da roda que por sua vez só poderiam se colocar na sequência depois de aperfeiçoados em muitos aspectos como, por exemplo, nos cilindros de ferro da bomba que eram de bronze, entre os romanos — e por isso dispendiosíssimos ou de madeira, na Idade Média — e por isso fragilíssimos, donde se conclui que a máquina de Watt só poderia ter aparecido depois da invenção desses requisitos indispensáveis. Isso parece apontar para a idéia de que toda descoberta ou invenção é determinada e condicionada pelos fatos que a precedem; além de ser necessária, a sequência parece ser também perfeitamente compreensível e inteligível. Isso também nos leva a concluir que não existe nada de fora da sequência para impor as novas descobertas; antes, a sequência explica-se por si mesma. Cada passo resultou de um progresso através do controle cada vez mais racional da natureza pelo homem. Descobrimos uma direção no progresso, mas não nos é lícito afirmar que ele tenha sido dirigido de fora, pois se assim fosse a sequência poderia ser desprezada, parecendo-nos um gigantesco exercício de desperdício lógico — seria, por assim dizer, uma navalha de Occam de cabeça para baixo. Pelo contrário, foi exatamente o progresso que determinou o seu próprio rumo e eis aí a sua principal característica, isto é, a sua autodeterminação.

Mas as invenções compõem apenas um aspecto de um acontecimento histórico; elas dependem de um contexto social, coltivo. Watt sabia que a sua máquina seria usada pela sociedade, pois que correspondia precisamente a uma necessidade

social. Uma invenção desconhecida ou não usada não constitui um acontecimento histórico como igualmente nenhuma invenção saiu do nada — antes representa a junção de uma experiência pessoal com uma vasta coleção de experiências sociais. A rigor, nenhuma invenção é obra individual mas isso não quer dizer que o gênio seja uma fantasia mas sim que o inventor de gênio sintetiza experiências coletivas pré-existentes em uma forma revolucionária independente — a nova invenção. Assim, todo instrumento, todo progresso é produto da sociedade. Ora, sendo o progresso o próprio objeto da História e, portanto, o fato histórico por excelência, e como o progresso é uma fato social, impõe-se a necessária redução: todo acontecimento histórico é um fato social.

Por outro lado, a sequência tecnológica resumida não perfaz um caminho em linha reta; ao contrário, é notavelmente irregular. O progresso como que se desloca frequentemente no tempo para as mais imprevisíveis regiões do espaço. Assim, por exemplo, enquanto a Inglaterra estava utilizando a máquina a vapor, outros países europeus usavam a força motriz hidráulica e ainda outros a obsoleta força animal. Em plena idade do ferro e da organização industrial européia, a América do Sul ainda estava na Idade da Pedra Lascada ou Paleolítico como igualmente enquanto os romanos estavam na Idade do Ferro, a Inglaterra, no ano anterior ao comêço da era cristã, estava em pleno Neolítico. Com efeito, diante de uma perspectiva geral a sequência tecnológica é progressiva e ascendente mas há inúmeras flutuações e atrasos que só poderão ser explicados por outro tipo de ordem histórica. Na realidade, “as instituições mágicas, teológicas, jurídicas, políticas, econômicas e sociais, costumes e crenças têm atuado umas vezes como esporas, outras vezes como freio no poder inventivo do homem”; são justamente essas relações sociais que tornam extremamente complexas o estudo da História.

Em que se baseia, entretanto, o historiador para realizar a sua tarefa, como trabalho e que tipo de obra produz?

Para continuar com o exemplo anterior da evolução tecnológica, parece ser inegável que o cientista do passado humano obtém êsses conhecimentos através de testemunhos que, submetidos a rigorosa análise crítica, informam o conteúdo de sua

obra. Os testemunhos ou documentos tornam-se, dessa maneira, o objeto principal da investigação, resultando dêsse fato que o conhecimento histórico não pode ser obtido diretamente da realidade, se bem que duvidemos de que qualquer outro tipo de conhecimento possa fazê-lo. O geólogo sabe que nas primeiras idades do globo terrestre o solo estava recoberto de gigantescas florestas; mas êle o sabe através dos documentos que são as jazidas de petróleo, que hoje estamos a dilapidar com estremada fúria. Porque não vemos florestas e sim petróleo, a verdade apresentada pela Geologia não será em nada duvidosa. Da mesma forma, o conhecimento histórico adquirido através de documentos, quer sejam escritos, orais ou materiais não representa falsa ciência, pelo único fato de ser produto de observação indireta. Na verdade apenas o atual, o presente, seria susceptível da investigação direta mas o presente, o atual, não passa de uma abstração lógica requerida por uma certa estrutura psicológica inerente ao homem — sem querer tentar, é claro, fazer frases acêrca do sentido do tempo e de sua duração. Considerando as coisas do mundo como em devenir, isto é, em processo, temos que chegar à conclusão inevitável de que apenas somos capazes de conhecer as partes anteriores dêsse processo desde que um homem isolado pode perceber apenas pequena parcela do que — por conveniência prática — chamamos de presente, ou seja, suas próprias experiências mentais sôbre coisas que o limite de sua atenção pode alcançar. Mas nem mesmo isso constitui um fato desastroso para a História; sendo rica a realidade, há também inúmeras maneiras de captá-la. A expressão “conhecimento direto” só poderia ser usada, portanto, no sentido em que todo o conhecimento devesse se originar de um observador baseado em suas próprias experiências mentais; mas como isso parece efetivamente não ocorrer, talvez seja lícito afirmar que todo conhecimento é sempre adquirido indiretamente.

Com o estudo do passado humano ocorre um fenômeno extremamente curioso: ninguém pode modificar um fato histórico — contra fatos, não há argumentos, diria um aprendiz de jurista. Entretanto, o seu conhecimento está em contínua progressão e aperfeiçoamento parecendo verdadeiro paradoxo que o estudo de uma coisa inamovível seja, êle mesmo, móvel

e evolutivo, em processo. É verdade que as técnicas modernas têm dilatado os horizontes da História tanto no sentido extensivo do tempo quanto no aspecto da compreensão dos fenômenos — há menos de 100 anos, não se conheciam métodos eficazes de estudar o meio social; a História da Economia só recentemente começou a se constituir. A nossa ciência é limitada e jamais poderemos criar fatos históricos como o químico é capaz de criar num laboratório seu próprio objeto de estudo; o documento, assim, limitada a expansão da ciência histórica pois que só nos é possível descrever uma realidade que tenha sido registrada ou deixado vestígios em qualquer tipo de documentos — na verdade, sem documentos é impossível fazer História, mas o historiador não precisa ser, de fato, um prisioneiro irremediável dos testemunhos escritos ou não que, muitas vezes, são instrumentos imperfeitos de informação, condicionados a situações especiais, registros que frequentemente se destinam mesmo a confundir a posteridade, fornecendo um quadro inteiramente falso do real. É tarefa do cientista separar o falso do verdadeiro e dentro da verdade e falsidade descobrir o sentido de ambas. O historiador não é um simples colecionador de textos e objetos antigos, pois isso seria reduzir sua ciência “àquela eterna e imóvel aluna de suas próprias crônicas” de que falava Michelet.

Os documentos históricos são extremamente variados apresentando-se como textos escritos, tradições orais, costumes, instituições, obras de arte, monumentos arqueológicos mas por sua própria natureza como que perderam a voz — mesmos os textos escritos — cabendo ao historiador fazê-lo falar. O primeiro passo, portanto, do investigador é confeccionar um questionário, é fazer perguntas; na verdade, a tarefa de conseguir documentos, de selecioná-los e de criticá-los, externa e internamente, pertence à erudição. O julgamento da autenticidade das fontes documentais e de sua veracidade — tarefa fastidiosa mas importantíssima para a História — não esgota o trabalho do historiador, antes é o seu início, é o seu material passivo e inerte sobre o qual começa a construir. Note-se que nenhuma investigação existe sem uma tomada de posição, uma direção preconcebida do pesquisador e essa é a parte mais difícil e no entanto mais fértil para a realização de uma obra

histórica. Por outro lado, à semelhança da obra literária, nada há que prove a existência do que se costuma chamar de “inspiração”, antes, a obra surge através de uma ação constante e pertinaz sobre o seu objeto de estudo e jamais artista algum ficou adomecido a espera de sua obra; a êsse respeito, seria de todo recomendável a leitura de biografias e de declarações de grandes mestres da arte quanto nitidamente se pode perceber a inquietante e, quase diria, desumana, procura das formas a que se dispuzeram. Não é a palavra, a côr, a forma, o som que vêm em busca do artista — o artista é que os procura para poder se expressar e o seu tipo de pesquisa, quanto às finalidades, em nada difere da investigação científica — apenas os métodos e o objeto é que variam.

Há uma tela de Salvador Dalí que muito me provoca a idéia que faço do conhecimento histórico como reconstrução do passado. Numa de suas crucificações, o discutido artista apresenta o Cristo assentado à vontade, quase adormecido, numa cruz de formas cúbicas. Ao primeiro momento, nos vem ó espanto de ver um jovem musculoso, perfeito de formas, imberbe, cabelos aparados, de rosto vigoroso e belo; na verdade, não é espanto, o que sentimos, mas simplesmente o impacto de uma nova descoberta, de uma nova reconstituição. O Cristo de Dalí é a própria agressividade do homem, é a vitória sobre a passividade das coisas, é o triunfo da ação humana e a cruz não é um mero objeto necessário — tirado de uma informação histórica da Bíblia — que ali esteja para auxiliar a fôrça do quadro; antes, parece-me o resultado da imitação a que o artista obriga os objetos naturais em relação aos gestos humanos. Não é o homem que se submete à cruz mas é a cruz que imita a forma humana. Eis aí o que poderíamos chamar de brutal reconstrução do passado, isto é, a submissão da natureza inerte ao presente vivo, dinâmico, em constante devenir.

A ciência histórica tem como tarefa obter o mesmo resultado, vale dizer, descrever criadoramente as ações humanas através de instrumentos críticos adequados, formalizada essa descrição na análise compreensiva dessas mesmas ações que constitui a obra histórica resultando, portanto, uma síntese bastante complexa.

Não pretendo aqui distribuir conselhos a candidatos à pro-

fissão de historiador mas desejo ainda refletir um pouco mais sobre o que chamamos de obra de História que só podemos considerar realizada como tal através do talento do historiador em se exprimir e, nêsse aspecto, parece-me, a ciência histórica difere profundamente das ciências naturais ao exigir como término do seu trabalho uma obra expressiva, esteticamente contemplável; afinal de contas, o historiador é também um pesquisador da palavra e da forma. Já vimos, no início dêste ensaio, que a linguagem comum — de que se utiliza a História — é bastante conservadora e que requer um trabalho árduo e constante de recriação. Ora, pelo menos no estágio atual de juventude da ciência histórica, o historiador não pode fugir ao domínio da comunicação e expressão literária e duvido mesmo que o aparecimento de uma linguagem artificial — especificamente histórica — possa determinar o desaparecimento completo da beleza nos domínios de Clio. Como afirmava Tucídides “que adianta ter adquirido o conhecimento sem o talento de o comunicar; é como se nunca se tivesse pensado nisso”.

Até as primeiras décadas de nosso século, discutiu-se bastante se a História era uma ciência ou uma arte; como quase tôdas as questões levantadas pela era vitoriana, essa também não deixou de ter o seu caráter da falsidade e artificialismo, próprio de uma época de grandes oradores. Na verdade, por ser arte, a poesia não é menos verdadeira — sem necessidade, evidentemente, de se chegar ao exagêro de afirmar que é a única verdade. Mas aqui não se trata pròpriamente de dizer que o resultado da investigação histórica é uma verdade meramente estética desde que tôda obra histórica deve ser também formulação de uma teoria científica. O que parece ocorrer com o historiador é uma profunda identificação — de caráter pessoal, como escreve Marrou — com as ações humanas, seguindo-se-lhe uma responsabilidade social inerente que o obriga a comunicar sua própria experiência. Assim, ao considerar o problema das relações entre Arte e História devemos atentar exclusivamente para o aspecto da expressão, da comunicação e é nesse sentido que a obra histórica é também uma obra literária. Mas ao dizer *exclusivamente*, não quero omitir o fato de que a expressão interfere profundamente no processo investigador com resultados, diga-se de passagem, excelentes quando há talento

criador em quem pesquisa. Como afirmava Valéry, muitas vezes é no processo de expressão que o conhecimento dará passos para frente realizando progressos decisivos.

Examinem-se, por exemplo, a obra de três historiadores brasileiros a saber: Rocha Pita, Varnhagen e Capistrano de Abreu. Enquanto o primeiro, por falta de conhecimentos adequados dos fatos e pelo talento tumultuado e impuro inoculado pelo exagerado sentimento religioso e mitificador que o barroquismo vem produzir no Brasil do século XVIII, não produziu obra histórica de valor no aspecto científico da investigação e no artístico da expressão, Varnhagen, com todos os instrumentos modernos de seu tempo, no apogeu de um século extremamente fecundo no campo das ciências humanas, limita-se à erudição, impossibilitado pela ausência de talento criador em ver — diria melhor, em compreender, uma realidade tão rica quanto a do povo brasileiro, faltando-lhe exprimir, sinteticamente, o que de certo seus documentos poderiam lhe dizer, ou seja, exatamente uma situação humana tão significativa quanto o nascimento e juventude de uma nação que tentava se libertar de suas origens através de uma alteração profunda com o meio brasileiro. Varnhagen, parece-me, não pôde perceber o objeto e finalidade de sua ciência ao se restringir à pesquisa crítica, seleção rigorosa e descrição metodológica dos documentos ao invés de tentar uma reconstrução de nosso passado, brasileiromente; faltou-lhe, pois, aquela identificação de caráter pessoal com a vida nacional e é justamente por isso e, apesar de seus conhecimentos eruditos, que a historiografia nacional, brasileira, só começa com Capistrano de Abreu. Neste autor é que podemos discernir a vida e as etapas de seu processo criador sem lhe falar, contudo, o caráter científico da análise. É Capistrano o primeiro cientista do passado brasileiro que o compreende e que o expressa criadoramente, vale dizer, artisticamente.

Para citar novamente Marrou — e também para finalizar — “se a História é, também em si mesma, êsse conhecimento infinitivamente sutil que amadurece lentamente no espírito do historiador durante essa experiência pròpriamente técnica prosseguida ao contacto dos documentos, se a sua verdade, tôda de matizes delicados, é representada pela coordenação minuciosa e complexa de mil e um elementos diversos e tende ao limite de

tornar-se quase intransmissível a quem não passou pela mesma experiência, que domínio na arte de escrever, que dextreza da pena, que felicidade de expressão serão requeridos, serão indispensáveis para apresentar uma formulação autenticamente válida que comunicará, sem o deformar demais, esse conhecimento tão precioso, tão fácil de trair”.

AJUDA AO DESENVOLVIMENTO OU IMPERIALISMO ECONÔMICO (*)

TARCÍZIO RÊGO QUIRINO

Ainda não se havia desvanecido o cheiro de pólvora que cobriu a Europa por cinco anos de guerra, quando os Estados Unidos da América do Norte resolveram semear indústrias no solo europeu ainda empapado do sangue derramado pela Segunda Guerra Mundial. Para isso foi criado o Plano Marshal, em 1947. Cinco bilhões e seiscentos milhões de dólares foram invertidos na Europa Ocidental nos primeiros 15 meses do programa. Fábricas foram reconstruídas, indústrias modernizadas, enquanto se distribuía alimentos para que os sobreviventes da catástrofe não morressem de fome, devido à profunda desorganização da produção e dos meios de distribuição dos alimentos.

Alguns anos depois, a Europa já podia caminhar por sua própria força: as indústrias superavam os índices de produção de antes da guerra, os alimentos eram abundantes e já ninguém morria de fome. Presentemente, 20 anos somente após o conflito, a Europa em geral e a Alemanha em particular atravessam um período de prosperidade econômica jamais alcançado em tempos passados, e só superado pela prosperidade norte americana. Não há dúvida que o Plano Marshal conseguiu alcançar as metas para as quais havia sido criado. O Plano Marshal custou cerca de vinte e dois bilhões de dólares, nos quatro anos de sua vigência.

Enquanto isso, os países desenvolvidos do ocidente dispenderam, somente entre os anos de 1956 a 1959, um total de

* Estudo apresentado em seminário internacional sobre problemas do sub-desenvolvimento, na “Evangelische Gemeinde” de Iserlohn, Alemanha, em dezembro de 1966.